

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Iniciativa da Vale gera renda para costureiras de máscaras	2
Título: Produção de minérios na AL resiste à covid-19	2
Título: Destaques	4
Título: Justiça inglesa analisa ação contra BHP no caso Samarco	5
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	7
Título: Decisão de Toffoli divide STF, e ministros pró-Lava Jato articulam derrubada	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: O dinheiro não é da Lava Jato	10
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Noruega já reconhece os esforços da Petrobras no controle da corrupção	11
Título: Ancelmo Gois	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/07/2020****Seção: Mundo****Autor: Marsílea Gombata****Título: Iniciativa da Vale gera renda para costureiras de máscaras**

Meta é atingir R\$ 11 milhões, com 2.000 mulheres beneficiadas e 3 milhões de máscaras confeccionadas

A Fundação Vale e a Rede Asta criaram o programa Máscara + Renda, que selecionou até o momento 1.000 costureiras e artesãs que receberão R\$ 900 por mês para produção de máscaras de proteção. A previsão é de que sejam fabricadas 1,5 milhão de máscaras em três meses, que serão doadas para organizações sociais sugeridas pelas próprias costureiras.

O investimento inicial no projeto foi de R\$ 5,5 milhões, feito pela Fundação Vale e pela Wheaton Precious Metals, mas novos parceiros poderão aderir à iniciativa, que tem como meta atingir R\$ 11 milhões, com 2.000 mulheres beneficiadas e 3 milhões de máscaras confeccionadas.

O projeto Máscara + Renda conta ainda com a parceria da Microsoft Brasil e a coparceria da Komatsu e da Della Volpe. Entre os parceiros mobilizadores estão a própria Vale, o Coletivo Covid Radar, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o Conselho de Responsabilidade Social da Firjan e a Câmara de Comércio França Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/07/2020****Seção: Mundo****Autor: Marsílea Gombata****Título: Produção de minérios na AL resiste à covid-19**

De modo geral, a pandemia não teve até agora impactos significativos na produção de minérios e de petróleo e gás na América Latina. Mas há riscos se houver uma segunda onda de infecções

Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

O impacto da pandemia na produção de commodities na América Latina tem preocupado economias já em dificuldades e pode vir a ser uma dor de cabeça adicional se houver uma aceleração nas infecções ou se lockdowns forem retomados com força na região.

Nas minas do Peru, Bolívia e Chile quarentenas interromperam operações e casos entre trabalhadores deixaram esse setor em alerta. Atividades como prospecção também foram atingidas, assim como no setor de petróleo.

No Chile, mais de 3.200 trabalhadores da estatal de cobre Codelco testaram positivo e nove morreram. As minas da empresa operam com 70% da equipe, em turnos alternados. A fundição e o refino na jazida de Chuquicamata, na cidade de Calama, em Antofagasta, foram suspensas temporariamente.

A pandemia, que está sob controle no sul, continua em alta no norte do país, hub importante para a atividade de mineração no Chile. A região de Antofagasta tem hoje mais de 12 mil casos acumulados, segundo maior foco do país, depois da região metropolitana de Santiago, com mais de 244 mil.

“Moradores de Calama acusam o setor minerador de ser responsável pelos novos casos. O sindicato da Codelco tenta na Justiça fechar o aeroporto de Antofagasta, o que teria bastante impacto para o setor de mineração”, diz Leandro Lima, da consultoria Control Risks.

Manter as operações nas minas é crucial para o Chile - que responde por 25% da produção global de cobre. Graças à crescente demanda da China, que responde por metade do consumo mundial do metal, os preços do cobre acumulam uma alta de 38% neste ano.

“Creio que o setor extrativista será um colchão importante para a contração esperada para a economia chilena”, afirma Felipe Camargo, da Oxford Economics. Ele afirma que, no acumulado do ano a exportação de cobre caiu 6%, ante 7,2% das exportações totais, e as estimativas de desemprego para o setor mineiro é de queda anual de 15%, ante 40% do setor de serviços.

Mas a oferta do metal ainda enfrenta riscos significativos. Kieran Clancy, da consultoria Capital Economics, lembra que medidas de bloqueio impostas pelo governo estão sendo relaxadas embora o número de novas infecções diárias continue alto, e o risco de segunda onda não está descartado. Isso poderia levar a maior redução de mão-de-obra e menor produção.

Além do Chile, a Bolívia e o Peru também viram seus setores mineradores atingidos pela pandemia. A mina de San Cristóbal, em Potosí, na Bolívia, entrou em quarentena no fim de maio depois de registrar dois casos de covid-19 entre funcionários. A mina de prata, chumbo e zinco próxima ao Salar de Uyuni é um

dos maiores projetos de mineração e investimento estrangeiro do país, diz Claudia Navas, analista da Control Risks.

No Peru, ao menos quatro minas importantes, como Antamina e Cuajone, ficaram três semanas sem atividades pelo lockdown imposto pelo governo. Agora tentam recuperar o tempo perdido.

De modo geral, os impactos não foram significativos porque duraram pouco. Mas, se a pandemia voltar a acelerar no país, novas paralisações podem ser necessárias.

No setor de petróleo e gás, a produção tem sido menos afetada. Mas prospecção e construção de novas instalações foram adiadas.

“No México, a extração petroleira se manteve igual, já que é considerada setor essencial”, diz o consultor mexicano Francisco García. “Mas atividades como distribuição e construção foram prejudicadas.” Em maio, o setor de construção teve contração anual de 35%.

Na estatal petroleira Pemex, foram reportados mais de 4.100 casos e 202 mortes por covid-19.

Na Colômbia seis casos foram confirmados em Campo Rubiales. O campo é o mais produtivo do país, com 135 mil barris/ dia. (Com agências internacionais)

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/07/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Energia para Grupo Moura

A Casa dos Ventos fechou acordo com o Grupo Moura, fabricante de baterias, para fornecimento de energia elétrica a partir do complexo eólico Rio do Vento, no Rio Grande do Norte. A parceria responderá por todo o consumo de eletricidade do grupo a partir de 2022 e evitará a emissão de 60 mil toneladas de CO2.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza****Título: Justiça inglesa analisa ação contra BHP no caso Samarco**

Juiz começa a avaliar, na quarta-feira, se aceita denúncia contra mineradora por tragédia ocorrida em 2015 em Mariana

A Justiça britânica começa avaliar na quarta-feira se a mineradora BHP poderá ser processada nos tribunais do Reino Unido em função dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeito de minério de ferro na cidade de Mariana (MG), em 2015. A empresa é uma das sócias da mineradora Samarco, que era dona da barragem. A outra sócia é a Vale. A ação contra a BHP foi ajuizada pelo escritório londrino PGMBM.

O escritório é especializado em disputas coletivas contra grandes corporações, entre elas Volkswagen, Mercedes-Benz e Bayer. Três brasileiros fazem parte do quadro societário. Um deles, Pedro Martins, disse ao **Valor** que o escritório foi formalmente constituído como representante de mais de 200 mil vítimas pela tragédia de Mariana, a maioria pessoas físicas, mas também prefeituras, autarquias e até igrejas.

“O que puxa a jurisdição é o domicílio da empresa que está sendo processada. A BHP é domiciliada no Reino Unido e, por isso, deve ser processado aqui”, diz ele. O argumento central dos advogados é que as medidas que têm sido tomadas do Brasil para compensar e reparar os danos são consideradas por grande parte das pessoas afetadas como insatisfatórias.

“Estamos confiantes que vamos conseguir demonstrar isso na Inglaterra e que o juiz vai se convencer de que é capaz e que é possível trazer justiça a essas pessoas aqui.”

Meses depois do desastre, a Samarco, a Vale e a BHP firmaram acordo com autoridades brasileiras por meio do qual se comprometeram a adotar medidas de reparação e compensação. Uma das medidas tomadas foi o pagamento em dinheiro de indenização às famílias das 19 vítimas fatais.

O acordo estabeleceu que a Fundação Renova, financiada pelas empresas, ficaria encarregada de levar adiante o plano de ações.

Pedro Martins alega, repetindo argumento difundido entre as famílias afetadas, que a fundação não tem dado respostas a contento aos impactados. Além das

mortes, o rompimento deixou um rastro de destruição na bacia do Rio Doce, de Minas até o litoral do Espírito Santo, e milhares de atingidos.

A ação, de 10 mil páginas, foi ajuizada em Liverpool, mas a Justiça decidiu analisar o caso em Manchester, onde a corte comporta público maior. Segundo Martins, a audiência durará oito dias. As partes serão ouvidas e o juiz decidirá se aceita ou não a competência para julgar o caso. A decisão deve ser publicada em setembro. Se aceita, terá início a análise dos fatos.

Para o advogado brasileiro, uma das vantagens de julgar a mineradora no Reino Unido é que o sistema de recursos judiciais no país é muito diferente do brasileiro, o que, segundo ele, faz com que o desfecho se dê em prazo muito mais curto.

Outra diferença é que o sistema jurídico no Reino Unido não exige que os proponentes da ação atribuam um valor à causa. Isso significa que os advogados não estão definindo, nesta fase inicial, um valor que a BHP teria de pagar as vítimas. O que a ação do PGMBM estima é o valor dos danos provocados pelo desastre com base nas perdas das pessoas, na queda de arrecadação das prefeituras. A estimativa é de 5 milhões de libras.

Em nota, a BHP disse que “entende que os pedidos formulados no Reino Unido duplicam questões que são ou foram objeto de procedimentos legais pré-existent no Brasil e que estão também sendo atendidas por meio do trabalho que é conduzido pela Fundação Renova”.

A empresa sustenta que a ação não compete à Justiça britânica. “Para a BHP, a Justiça brasileira e a Fundação Renova estão em melhor posição para atender aos pedidos que surgem sobre os eventos que ocorreram no Brasil e estão sujeitos à lei brasileira, além de já possuírem considerável experiência em lidar com esses pedidos.”

Martins diz que uma vitória recente do PGMBM ocorreu no ano passado quando, em ação do escritório, a Justiça britânica responsabilizou a Volkswagen no escândalo dos equipamentos instalados nos carros para maquiar os níveis de emissão dos veículos.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data: 20/07/2020****Seção: Poder****Autor: Matheus Teixeira****Título: Decisão de Toffoli divide STF, e ministros pró-Lava Jato articulam derrubada**

Integrantes da corte questionam determinação do presidente para que força-tarefa compartilhe todos os dados já colhidos com a PGR

Brasília- A ala do STF (Supremo Tribunal Federal) favorável à Lava Jato se articula para derrubar a decisão do presidente da corte, Dias Toffoli, de determinar o compartilhamento de todos os dados de investigações da operação com a PGR (Procuradoria-Geral da República).

Uma das estratégias pensadas para forçar o julgamento do tema é o relator, ministro Edson Fachin, incluir o caso em agosto, na volta do recesso, no plenário virtual, que não depende do presidente para ser pautado.

Assim, a decisão seria discutida online ou Toffoli se veria obrigado a levar o tema para análise conjunta por videoconferência, como vêm sendo realizadas as sessões da corte.

Nos bastidores, a decisão liminar (provisória) do dia 8 de junho dividiu o tribunal e, na avaliação de ministros ouvidos reservadamente, pode até ser derrubada caso venha a ser de batida por todos os integrantes.

A decisão de Toffoli foi tomada a pedido da PGR, que relatou ao Supremo ter enfrentado “resistência ao compartilhamento e à supervisão de informações” dos procuradores da República.

Uma ala da corte, porém, considerou que a ordem de Toffoli foi muito ampla e não respeitou a jurisprudência atual sobre a necessidade de indicação de fatos e pessoas específicas para justificar o acesso a dados sigilosos.

Os ministros lembram que o STF que costuma se unir para julgar temas sociais e também para invalidar medidas do governo federal sobre o novo coronavírus não é o mesmo quando estão em jogo os rumos da Lava Jato.

Assim, essa deve ser mais uma decisão importante para a jurisprudência em relação aos chamados crimes do colarinho que rachará a corte.

Em situações similares, a Lava Jato acumulou vitórias e derrotas no Supremo, com placares apertados.

Foi o caso, por exemplo, dos julgamentos da prisão após segunda instância, da competência da Justiça Eleitoral para analisar crimes comuns conexos a delitos eleitorais e do que discutiu se o Congresso teria a palavra final sobre ordens judiciais que interfiram em mandato eletivo.

Em todos os casos, os ministros Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato na corte, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux ficaram unidos a favor da decisão mais benéfica para a operação, enquanto Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski lideraram a ala oposta.

Os outros cinco integrantes do STF oscilam e suas posições costumam determinar o rumo do julgamento.

Assim, a única forma de isso não se repetir, na avaliação de integrantes da corte, é se forem reveladas condutas muito graves por parte dos procuradores.

Nesse caso, poderia ocorrer algo similar ao que se deu com o inquérito das fake news, que foi criticado inicialmente, mas ganhou maioria na corte após a revelação da existência de uma rede profissional de ataques ao Supremo.

No cenário atual, nem a hipótese de a Lava Jato ter investigado sem autorização judicial os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), seduz a ala lavajatista do STF a se alinhar a Toffoli.

Nesse caso, dizem, o mais correto seria a PGR requerer o intercâmbio de dados relacionados às pessoas especificamente atingidas pela apuração ilegal, e não uma solicitação geral, como foi feito.

Outro ponto que suscitou estranheza no STF foi o momento escolhido para apresentar a ação.

A PGR havia requisitado acesso aos dados em 13 de maio, mas deixou para fazer o pedido no início do recesso, com Toffoli na chefia do plantão e a tempo de escapar de Fachin, relator natural do caso e contumaz defensor da atuação dos procuradores.

O presidente da corte também optou por emitir a decisão logo no começo das férias, o que dará tempo para a PGR ter conhecimento dos dados antes de o tema ser discutido no plenário.

A ordem de Toffoli foi concedida às forças-tarefas da operação em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Os três grupos irão recorrer, mas ainda não definiram o

meio processual mais conveniente para tentar reverter a decisão. Mesmo que a PGR tenha acesso a todos os dados já no recesso, uma decisão do plenário sobre o tema de redefinir se a Procuradoria poderá, de fato, usar os elementos colhidos para abrir procedimento contra os procuradores. Dois dias depois da decisão, a ONG Transparência Internacional criticou o despacho de Toffoli e afirmou que o entendimento “ameaça gravemente a autonomia dos órgãos de investigação”.

Gilmar, por sua vez, usou as redes sociais para elogiar a decisão e disse que “os episódios recentes provam que é imperativo aprimorar a governança do Ministério Público”, além de destacar o princípio da unidade do órgão. Integrantes do tribunal também fazem uma vinculação entre a decisão de Toffoli e o julgamento de maio em que o STF barrou medida provisória do governo que determinava o compartilhamento de dados de companhias telefônicas como IBGE.

No caso envolvendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi a primeira vez em que o STF reconheceu a proteção de dados dos cidadãos com o direito fundamental autônomo. Com isso, essas informações ganharam uma segurança constitucional que reforça a necessidade de decisão judicial contra pessoas específicas e com condutas individualizadas para justificar o acesso irrestrito ao banco de dados da Lava Jato.

No pedido para verificar os elementos colhidos pela apuração, a PGR sustentou que as informações serviriam para subsidiar a atuação de Augusto Aras, o que inclui zelar pelo efetivo respeito aos Poderes públicos e coordenar as atividades do MPF (Ministério Público Federal). Ao dar decisão favorável, Toffoli disse que a jurisprudência atual do STF prevê esse tipo de compartilhamento dentro do mesmo órgão e ressaltou que a postura da Lava Jato viola o princípio da unidade do Ministério Público. Ele escreveu que a atuação coordenada da instituição está estabelecida no artigo 127 da Constituição e foi recentemente reafirmada pelo plenário do tribunal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/07/2020****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: O dinheiro não é da Lava Jato**

Os recursos recuperados pela força-tarefa da Lava Jato não são do Ministério Público Federal (MPF). Não cabe aos procuradores definir a sua destinação, muito menos gerir a sua aplicação. A rigor, não deveria haver dúvidas quanto a isso. O dinheiro recuperado deve ser devolvido a quem foi lesado, e não entregue a quem participou das investigações. Foi esse, por exemplo, o teor de uma decisão de 2016, do ministro Teori Zavascki, determinando que recursos devolvidos por Paulo Roberto Costa deveriam ser depositados integralmente na conta da Petrobrás. Na ocasião, o Ministério Público queria a destinação de 20% para “os órgãos responsáveis pela negociação e pela homologação do acordo de colaboração premiada que permitiu tal repatriação”.

Em 2018, soube-se que, em um acordo da Petrobrás com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, foi estipulado que multas no valor de US\$ 682,6 milhões seriam destinadas a um fundo a ser criado com a participação do MPF, que também se encarregaria da gestão orçamentária e financeira desses recursos. Diante do evidente desvio de função, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionou perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade do modo de proceder do MPF, que pretendia assumir a gestão de um fundo de direito privado.

O Supremo reconheceu a nulidade dessa participação do MPF. Era de esperar que o caso referente ao fundo da Lava Jato servisse para dirimir todas as dúvidas. Dinheiro desviado deve ser devolvido ao dono. Dinheiro oriundo de multa deve ser destinado ao Poder Executivo, que é a esfera competente para administrar recursos públicos. Não é papel do Judiciário, da Polícia ou do Ministério Público administrar tais recursos.

No entanto, como se verificou depois, esses princípios básicos não foram devidamente assimilados, e a confusão continuou. Por exemplo, em setembro de 2019, o ministro Alexandre de Moraes homologou decisão que destinava o dinheiro do fundo da Lava Jato a investimentos na educação e na proteção da Amazônia. Certamente, são duas finalidades louváveis, mas não é o Judiciário que deve definir a aplicação desses recursos.

No início deste ano, com o advento da pandemia do novo coronavírus, Alexandre de Moraes modificou a decisão anterior, determinando que parte dos recursos fosse aplicada no combate à covid-19. Fica evidente a intromissão do Poder Judiciário na seara do Executivo. A cada nova prioridade ou urgência, um juiz diz qual é o melhor destino para aquela verba. Além disso, nessa confusão, ninguém parece se lembrar de que o dinheiro envolvido, recuperado de desvios impetrados contra a Petrobrás, não é dinheiro público. A empresa lesada é uma sociedade de economia mista. Seus recursos são de seus acionistas.

A confusão, no entanto, não se refere apenas ao dinheiro da Petrobrás. Por exemplo, um acordo de leniência firmado em 2016 entre a Odebrecht e o MPF previa que parte substancial das multas (97,5%) deveria ser depositada numa conta, criada pela 13.^a Vara Federal de Curitiba, à disposição do Ministério Público, segundo revelou o site Conjur. Não havia motivo para que esses recursos estivessem à disposição do MPF. No início do mês, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba ofereceu R\$ 500 milhões ao governo para o combate à pandemia do novo coronavírus. A oferta foi oficializada pela juíza Gabriela Hardt.

É preciso dar fim o quanto antes a essa confusão. Proposta pelo PT e PDT, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 569 pede que o STF reconheça a competência da União para destinar valores referentes a restituições, multas e sanções análogas, ressalvado o direito do lesado e do terceiro de boa-fé, decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas e aqueles frutos de repatriação ou de multas oriundas de acordos celebrados, tanto no Brasil como no exterior. Com isso, o Ministério Público ficaria impedido de adotar critérios discricionários sobre tais recursos. Ao julgar essa ação, o STF pode impedir que erros continuem sendo cometidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/07/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Noruega já reconhece os esforços da Petrobras no controle da corrupção

Maior fundo de pensão do país anunciou retomada dos negócios com ações da estatal brasileira

Três anos depois de banir a Petrobras do seu portfólio de ativos, o maior fundo de pensão da Noruega anunciou a retomada dos negócios com ações da empresa brasileira. O Fundo KLP concluiu que houve um “fortalecimento da governança corporativa” a partir da adoção de medidas internas de vigilância, controle e fiscalização.

É boa notícia para a empresa estatal, pivô de um dos maiores casos de corrupção e lavagem de dinheiro espalhado por 61 países, com os quais o Brasil movimentou 1.053 pedidos de cooperação jurídica desde março de 2014, quando a Operação Lava-Jato se tornou pública.

No início de 2016, o Banco Central da Noruega fez uma revisão dos investimentos em ações da empresa brasileira “por causado risco de corrupção grave”. Governo e fundos da Noruega eram donos de cerca de 0,61% do capital da Petrobras.

Investigações em Oslo apontaram suspeita de R\$ 173,6 milhões, a preços de hoje, em propinas pagas a ex-diretores da estatal e autoridades políticas. O envolvimento de empresas norueguesas na Lava-Jato, como foi o caso da construtora de plataformas marítimas Sevan Drilling, abalou a credibilidade do setor privado e da indústria do petróleo local.

A reclassificação da Petrobras foi recomendada pelo Conselho de Ética governamental em Oslo, que concluiu por “corrupção grave” e “risco inaceitável” de crimes puníveis na Noruega. Houve, também, advertência sobre o perigo de “atos semelhantes no futuro”, por dúvidas quanto à solidez e eficácia do sistema então vigente na estatal brasileira para controle anticorrupção. Isso porque desde 2013, antes da Lava-Jato, a Petrobras anunciava novos programas de controle interno, mas até 2016 a administração petista relutava em implementá-los.

Vale lembrar que na época a Petrobras mantinha negócios diários no atacado, como a compra e venda de petróleo e derivados, sem registro integral das operações e acompanhamento das decisões dos executivos responsáveis, o que resultou em múltiplos inquéritos ainda em andamento na Lava-Jato.

Sob pressão, a Petrobras decidiu, a partir de meados de 2016, realizar mudanças estruturais. Transplantar do papel para a vida real um programa de ética, disciplina e de práticas corporativas de prevenção aos atos lesivos ao patrimônio, conflitos de interesses, nepotismo, “brindes”, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Os resultados começam a ser reconhecidos por gestores patrimoniais independentes, como os do maior fundo de pensão da Noruega.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/07/2020****Seção: Colunas****Autor:****Título: Ancelmo Gois**

No mais

Ainda sobre a cobrança da Petrobras de R\$ 43 milhões da viúva por ter ajudado na limpeza das praias nordestinas sujas de óleo. A diretoria da estatal pensa, acho, que gestão moderna não faz “caridade”! Engano. As empresas no mundo avançam cada vez mais nas políticas de inserção na sociedade, mesmo antes da pandemia. Na Petrobras tudo é 8 ou 80.

CAPAS DE JORNAIS

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

O ESTADO DE S. PAULO

Segunda-feira, 20 de julho de 2020 R\$ 4,50 por cópia

12.000.000

Trabalhador enfrenta espera por vaga como entregador de aplicativo

Com desemprego acima da epidemia, serviço tem pico na busca de alternativa por renda

Em meio a um cenário de desemprego que ultrapassou os 13 milhões de pessoas, a busca por uma alternativa para gerar renda tem se intensificado. Um dos caminhos mais recentes é o trabalho como entregador de aplicativo, que tem atraído milhares de pessoas em busca de uma fonte de renda complementar.

● ACIDENTE FATAL

O Estado de São Paulo registrou um acidente fatal envolvendo um entregador de aplicativo e um carro em São Paulo, no domingo.

O acidente ocorreu no bairro de São Paulo, no domingo, envolvendo um entregador de aplicativo e um carro.

Segundo a polícia, o entregador estava em movimento quando o acidente ocorreu. O motorista do carro não foi identificado.

Crise amplia UTIs do SUS, mas uso no futuro é incerto

De acordo com o Ministério da Saúde, o número de pacientes em UTIs do SUS aumentou significativamente devido à crise da COVID-19.

Apesar disso, o uso das UTIs no futuro é incerto, dependendo da evolução da pandemia.

Temor por Moro leva Centrão a apoiar Bolsonaro

O medo de uma possível candidatura de Jair Bolsonaro a presidente levou o Centrão a apoiar o atual presidente, Jair Bolsonaro.

Segundo a imprensa, o Centrão tem se reunido para discutir a possibilidade de apoiar Bolsonaro.



Ciclotaxi cheia

A bicicleta táxi é uma alternativa para quem precisa se locomover rapidamente na cidade.

A bicicleta táxi é uma alternativa para quem precisa se locomover rapidamente na cidade.



ENTREVISTA

Entrevista com o autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

"Neste ano, a realidade é pior que em 2019"

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

Marcelo Mello, autor do livro 'Troca, só no topo'.

NA QUARENTENA

Plantio de 40 mil árvores em São Paulo.

O Estado de São Paulo registrou um plantio de 40 mil árvores em São Paulo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

O plantio foi realizado em São Paulo, no domingo.

NÃO É TOYOTA. NÃO É HONDA. NÃO É VOLKSWAGEN.

É MUITO MAIS.

É A NOVA TECNOLOGIA QUE ESTÁ CONQUISTANDO O MUNDO.

CACIA

VOLTA NAS RODOVIA S. A. S.

SEMPRE COM O MELHOR DO BRASIL EM DESTAQUE

Assessores: 100 mil por hora
Assessores: 100 mil por hora
Assessores: 100 mil por hora

Pedro: 'Nós vamos seguir em frente, fortes e ainda mais unidos'

O GLOBO

Um Rio sob 'novo normal'



Apesar do isolamento, o Rio de Janeiro vive um novo momento. A cidade está sob um novo normal, com as ruas vazias e o céu iluminado pelo sol. A paisagem é linda e a cidade está mais unida do que nunca.

ARSENAL PRIVADO

Em 10 anos, total de armas novas para civis sobe 601%

Aumento de registros ocorreu em 26 unidades da federação

Modelagem do GLOBO em parceria com o IBRAM, o Instituto Brasileiro de Armas, revelou que o Brasil possui o maior número de armas de fogo por habitante do mundo. O aumento de 601% ocorreu em 10 anos, com o total de armas novas para civis sobe 601%.

STJ liberta réus com pouca quantidade de drogas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu libertar réus com pouca quantidade de drogas. A decisão foi baseada no princípio da proporcionalidade e na falta de periculosidade dos réus.

Internações por Covid desabam na rede privada do Rio

O Hospital da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HUCRRJ) informou que o número de internações por Covid-19 na rede privada da cidade caiu drasticamente. A queda foi de 80% em relação ao mês anterior.

Cinema como manda o (atual) preschool

O cinema brasileiro está se adaptando ao novo normal. Muitos filmes estão sendo produzidos em formatos menores, com menos gente no set, e com mais segurança.

Contra Bolsonaro, Flávio Dino planeja 'M6 da esquerda'

O governador do Maranhão, Flávio Dino, planeja criar uma aliança política chamada 'M6 da esquerda'. A aliança terá como objetivo fortalecer a esquerda no Brasil.

Crédito chega aos pequenos, mas se esgota rapidamente

O crédito para pequenos negócios está chegando, mas se esgota rapidamente. Muitos pequenos empresários estão tendo dificuldade para conseguir o dinheiro necessário para manter suas atividades.

Mais de R\$ 1 bilhão em compras da Covid no Rio está em análise

O governo do Rio de Janeiro está analisando mais de R\$ 1 bilhão em compras para combater a Covid-19. As compras incluem equipamentos de proteção individual, medicamentos e alimentos.

Duas em bargalhar sem máscara ofende garrafa em Santos

Dois homens foram presos em Santos por bargalhar sem máscara. A polícia informou que os homens estavam em uma festa e não estavam usando máscara.

www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Quinta-feira, 20 de julho de 2020

Mais cobras resgatadas. A mais recente, uma jibola

Desde que chegou ao plantão ambiental de Curitiba, o biólogo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Defesa dos Recursos Naturais (Ibama) resgatou mais de 100 cobras. A mais recente, uma jibola, foi encontrada em um terreno baldio na zona sul da cidade.

A vida difícil dos motoboys

Apesar de serem considerados uma das profissões mais perigosas do Brasil, os motoboys enfrentam uma vida muito difícil. Muitos deles são jovens que precisam trabalhar para sustentar a família e pagar as contas da casa.

Brasil de olho em Trump

O governo brasileiro está de olho em Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos. O Brasil quer saber se Trump vai visitar o país e se vai se candidatar à reeleição.

Aplicativo para buscar craque

Um aplicativo para buscar craque foi lançado no Brasil. O aplicativo é chamado de "Craque" e permite que os usuários encontrem jogadores de futebol para contratar.

Inspiração nordestina

Um livro de inspiração nordestina foi lançado no Brasil. O livro é chamado de "Inspiração Nordeste" e contém histórias de sucesso de pessoas do Nordeste.

Fundeb corre risco de não ter dinheiro em 2021

Câmara começa a votar a proposta de emenda à Constituição que torna permanente o fundo para educação. Governo quer mudar a PEC

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) corre o risco de não ter dinheiro em 2021. A Câmara dos Deputados começou a votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o fundo permanente. O governo quer mudar a PEC.



Nas ruas, apesar da pandemia

Apesar da pandemia, as ruas das cidades brasileiras estão lotadas de pessoas. Isso pode ser devido a uma série de fatores, incluindo a falta de medidas de segurança e a necessidade de trabalhar.



Frederico Labriola, cria da cidade

Frederico Labriola é um artista plástico e escritor brasileiro. Ele é conhecido por suas obras que exploram a cultura e a história do Brasil.

Eleição no Congresso movimentou Planalto

A eleição no Congresso movimentou o Planalto. O presidente Jair Bolsonaro está de olho no resultado das eleições e quer garantir a continuidade de seu governo.

CNU investigará desembargador

A Comissão Nacional de Unificação (CNU) vai investigar um desembargador. A investigação é sobre um suposto caso de corrupção.

NOSSA

NOSSA é uma revista e um site que oferece notícias e artigos sobre o Brasil.

CA. Póster

CA. Póster é uma revista e um site que oferece notícias e artigos sobre o Brasil.

ASCOM/MME.